

## **MISSÃO JUNTO ÀS NAÇÕES UNIDAS – NOVA YORK**

### **RELATÓRIO DE GESTÃO**

**EMBAIXADOR MAURO LUIZ IECKER VIEIRA**

O relatório que apresento a seguir descreve as principais atividades desenvolvidas pela Missão do Brasil junto às Nações Unidas, no período de novembro de 2016, quando assumia chefia do Posto, até abril de 2019. O período corresponde à quase totalidade da 71ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), de 13/09/2016 a 11/09/2017, à 72ª sessão, de 12/09/2017 a 17/09/2018 e à 73ª sessão, em curso desde 18/09/2018.

2. O debate geral da 74ª AGNU, tradicionalmente aberto pelo Brasil, começará no dia 24/09/2019, havendo a expectativa de participação do Senhor Presidente da República.

3. Tendo em vista a amplitude de temas cobertos pela Missão, selecionei os principais tópicos que julgo merecedores de atenção especial, por conta do protagonismo do Brasil em atividades desenvolvidas no período em tela.

#### **I COMISSÃO (PAZ E SEGURANÇA INTERNACIONAIS)**

4. As negociações e os debates multilaterais sobre desarmamento foram marcados pelo pronunciado acirramento das tensões de segurança internacional, pela continuada paralisia nas iniciativas de desarmamento e não-proliferação e pela multiplicação de pontos contenciosos, motivados, em particular, pela deterioração das relações entre EUA e Rússia. Esta tende a continuar após a denúncia, por ambos os países, do Tratado sobre Forças Nucleares de Alcance Intermediário. Preocupa, ainda, a tendência dos Estados nuclearmente armados de colocar em questão a validade dos compromissos existentes no campo do desarmamento nuclear.

5. A despeito de tal panorama, registrou-se avanço de inquestionável importância, que foi a adoção, em julho de 2017, do Tratado para a Proibição das Armas Nucleares (TPAN), primeiro instrumento multilateral juridicamente vinculante para o desarmamento nuclear negociado no âmbito das Nações Unidas nos últimos 20 anos.

6. O Brasil participou de forma ativa e protagônica das negociações do TPAN, formalmente iniciadas em 2016, integrando o chamado "Core Group" de países que capitanearam tal processo (junto a África do Sul, Áustria, Irlanda, México e Nigéria). O envolvimento ativo do Brasil nesse processo é reflexo natural do compromisso de longa data do País com o desarmamento nuclear. O Brasil foi o primeiro país a assinar o TPAN, em 20 de setembro de 2017, e o processo de ratificação está em andamento no Congresso Nacional. Além disso, o Brasil vem apoiando, junto aos demais países do "Core Group", os esforços de promoção da entrada em vigor do tratado.

## II COMISSÃO (DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE)

7. No tocante ao pilar de desenvolvimento sustentável, os trabalhos em Nova York têm-se concentrado no seguimento da implementação da Agenda 2030, adotada em 2015. A reunião anual do Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável (HLPF, na sigla em inglês) revisa a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e serve de plataforma para que os países apresentem suas revisões nacionais voluntárias, onde mostram êxitos e desafios relacionados à implementação doméstica dos ODS. No período coberto por este relatório, foram realizadas duas edições do HLPF.

8. Em 2017, o Brasil apresentou, pela primeira vez, sua revisão nacional voluntária, fruto de extenso trabalho coordenado pelo governo federal. A revisão destacou a estrutura de governança estabelecida pelo Brasil para acompanhar a implementação doméstica da Agenda 2030 e seus ODS, com foco na atuação da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS), coordenada pela Secretaria de Governo da Presidência da República, e que conta com representantes dos governos federal, estaduais e municipais, do setor privado, da academia e da sociedade civil.

9. A partir do final deste ano, a Assembleia Geral conduzirá processo de revisão do formato do HLPF. O contínuo engajamento da Missão será importante para acordar mudanças que melhorem a eficiência do processo, uma vez que se identificam deficiências no modelo atual, especialmente relacionadas como fato de que número restrito de temas é examinado a cada ano.

10. Registro que, de modo a permitir avaliação qualificada do cumprimento dos ODS e de suas metas, a Comissão de Estatística das Nações Unidas, sob presidência brasileira, aprovou, em 2017, o quadro de indicadores globais de acompanhamento da implementação das metas da Agenda 2030.

11. No que tange à agenda de mudança do clima, a Missão coordenou, em 2018, a atuação dos países em desenvolvimento nas negociações da resolução anual da Assembleia Geral sobre o tema. O tema voltará ao centro das discussões, em setembro próximo, com a Cúpula sobre Mudança do Clima, que o secretário-geral das Nações Unidas realizará à margem da abertura da próxima sessão da Assembleia Geral.

12. A extensa agenda ambiental discutida em Nova York inclui o tema de florestas, com o Fórum das Nações Unidas sobre Florestas, de cujo secretariado o Brasil é membro. O acompanhamento detido sobre essas discussões tem sido importante para assegurar que os interesses nacionais sejam devidamente refletidos nos acordos alcançados sobre o tema, sem prejuízos ao Brasil.

## FINANCIAMENTO DA AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

13. A Missão participou ativamente dos debates e negociações em matéria de financiamento para o desenvolvimento, com vistas a garantir a disponibilidade dos meios de implementação da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável. O Brasil tem atuado com destaque nos principais foros internacionais sobre o tema, como o Fórum do

ECOSOC sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD Fórum) e a Segunda Comissão da Assembleia Geral, que emite resoluções anuais sobre temas econômicos e financeiros. O protagonismo brasileiro refletiu-se no convite à Missão para coordenar a posição dos países em desenvolvimento no FfD Fórum de abril de 2019. O Brasil apresentou, ainda, candidatura para ocupar a vice-presidência da Segunda Comissão durante a 74ª Sessão, em 2019-2020, representando a região da América Latina e do Caribe.

14. A Missão realizou esforço consistente para aproximar o setor privado brasileiro das atividades da ONU, em especial nas áreas de financiamento e implementação da Agenda 2030. A Missão organizou e participou de uma série de eventos com o objetivo de promover as parcerias público-privadas brasileiras e valorizar a condição do Brasil de mercado emergente com amplas oportunidades para o financiamento privado dos (ODS). Dentre os eventos que contaram com envolvimento direto da Missão, cumpre mencionar painéis paralelos aos FfD Fóruns de 2017 e 2018 para promover a Estratégia Nacional de Investimentos de Impacto (ENIMPACTO), em parceria com a OCDE; e eventos organizados em parceria com o Pacto Global das Nações Unidas, braço da organização dedicado à interlocução com empresas, como o Fórum de Investimento nos ODS, que teve lugar em São Paulo, em março de 2019, com o objetivo de auxiliar investidores a identificar oportunidades de investimento nos ODS a partir dos instrumentos e mecanismos disponíveis no mercado nacional.

15. O Brasil tem, ainda, promovido a agenda de combate aos fluxos financeiros ilícitos e de promoção de mecanismos mais céleres de restituição de ativos, tema que consta entre as prioridades da presidência brasileira do BRICS, em 2019. O Brasil tem procurado defender processos de retorno de ativos que ocorram da forma mais rápida e simplificada possível, sem a imposição de condicionantes pelo país que os devolve. A Missão tem exercido protagonismo nas negociações da resolução anual sobre o tema aprovada desde 2016 pela Segunda Comissão da Assembleia Geral. Como resultado da resolução aprovada em 2018, a Assembleia Geral das Nações Unidas realizará, em maio de 2019, a primeira reunião de alto nível sobre o tema dos fluxos financeiros ilícitos e da restituição de ativos.

#### ATIVIDADES OPERACIONAIS PARA O DESENVOLVIMENTO

16. O Brasil tem tido atuação de protagonismo também nos temas relativos a atividades operacionais para o desenvolvimento, especificamente na reforma do sistema de desenvolvimento, na atuação nas juntas executivas de fundos e programas baseados em Nova York, e na promoção da cooperação sul-sul.

17. O Brasil foi um dos coordenadores, em nome dos países em desenvolvimento, das negociações de resolução que definiu as bases para a ambiciosa reforma promovida pelo Secretário-Geral das Nações Unidas de reforma do sistema de desenvolvimento, que estabeleceu a figura do coordenador-residente das Nações Unidas, com a responsabilidade de coordenar a atuação de todas as agências estabelecidas em determinado país e que responde diretamente à Vice-Secretária-Geral. Anteriormente, as funções do coordenador-residente restringiam-se aos mandatos específicos do PNUD. O novo modelo está em vigor desde 1º de janeiro desta ano. Será fundamental o

acompanhamento da forma como essas mudanças se traduzirão, de maneira concreta, na atuação das agências e seu impacto para o desenvolvimento.

18. No que tange às juntas executivas, nos anos em que estive à frente da Missão junto às Nações Unidas, o Brasil ocupou assento nas Juntas Executivas do PNUD (que também abrange o Fundo das Nações Unidas para a População, e o Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projetos), do Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF e da ONU-Mulheres e liderou, entre os países em desenvolvimento participantes das juntas executivas, processos negociadores que trataram da reformulação dos planos estratégicos das entidades, defendendo a manutenção do atual sistema de financiamento e das responsabilidades dos países desenvolvidos em contribuir com recursos para os fundos e programas.

19. A promoção da cooperação sul-sul tem sido fundamental frente de atuação da Missão. Em março de 2019, foi realizada a II Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul (PABA+40) em Buenos Aires, evento que buscou examinar e revisar os parâmetros dessa modalidade de cooperação internacional. A Missão desempenhou papel importante ao longo de todo o processo negociador da conferência.

20. Registro, ainda, que a Missão tem se dedicado a promover o Fundo IBAS (Brasil-Índia-África do Sul), por meio de assento na Junta Diretora do Fundo. Ao longo de minha gestão, foram aprovados novos projetos nos seguintes países: Bolívia, Camboja, Comoros, Fiji, Granada, Kiribati, Palau, Serra Leoa e Zâmbia. Tais projetos consomem volume relativamente limitado de recursos, mas têm grande capacidade de gerar resultados e de melhorar a vida das comunidades beneficiadas. Desafio para a nova gestão seria conseguir, em meio às severas restrições fiscais do país, que o Brasil realize nova contribuição anual ao Fundo IBAS (o último pagamento foi efetuado em 2012).

## Ciência, Tecnologia e Inovação

21. Minha gestão coincidiu com grande impulso nas Nações Unidas em iniciativas na área de Ciência, Tecnologia e Inovação. A Missão acompanhou ativamente a implementação do Mecanismo de Facilitação de Tecnologia (TFM) e as ações a ele vinculadas, como as edições de 2017 e 2018 do Fórum sobre Ciência, Tecnologia e Inovação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (STI Fórum). Registre-se que o Brasil está representado no Grupo de 10 especialistas em apoio ao TFM com o Dr. Paulo Gadelha, da Fiocruz. Além disso, o Secretário-Geral das Nações Unidas propôs a criação de Painel de Alto Nível sobre Cooperação Digital, do qual faz parte o professor Edson Prestes, do Instituto de Informática da UFRGS.

## III Comissão (Direitos Humanos e Temas Sociais)

22. O Brasil buscou atuar de modo construtivo em relação à agenda de direitos humanos e temas sociais, participando ativamente das principais discussões e propondo iniciativas inovadoras. Os temas afetos à III Comissão da AGNU enfrentam dinâmica frequentemente polarizada, sendo necessário, portanto, utilizar o diálogo e a coordenação de posições com outros países e regiões como ferramentas indispensáveis para a construção dos consensos possíveis, sempre à luz dos princípios fundamentais e dos valores consagrados na Constituição e na legislação brasileiras.

## SESSÕES DA III COMISSÃO DA AGNU

23. Na 71ª AGNU, o Brasil foi coautor e facilitador, ao lado da Alemanha, da resolução intitulada "O Direito à Privacidade na Era Digital", além de figurar como coautor da resolução intitulada "Moratória do Uso da Pena de Morte", juntamente com outros 41 países que compõem a Força-Tarefa Interregional (IRTF) sobre o tema. Na 73ª AGNU, o país foi coautor e facilitador de três resoluções: (i) "O Direito à Privacidade na Era Digital", novamente ao lado da Alemanha; (ii) "Moratória do Uso da Pena de Morte", em nome da IRTF; e "Voluntariado para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", ao lado do Japão.

24. Adicionalmente, nas sessões da III Comissão realizadas nos últimos 3 anos, o Brasil foi autor, ao lado de outros países da América Latina e da União Europeia, da resolução sobre "Direitos da Criança", e figurou como coautor de 4 resoluções apresentadas pelo G77+China: (i) Implementação da Cúpula de Desenvolvimento Social (Brasil atuou como coordenador do G77 e facilitador da resolução na 72ª AGNU); (ii) Envelhecimento; (iii) Ano Internacional da Família; e (iv) Implementação da Declaração e do Plano de Ação de Durban.

## COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O COMBATE AO CRIME TRANSNACIONAL ORGANIZADO E À CORRUPÇÃO

25. No âmbito da III Comissão, entre a 71ª e a 73ª sessões da AGNU, os temas relacionados à cooperação internacional para o combate ao crime transnacional organizado, ao problema mundial das drogas e ao combate à corrupção foram objeto de intensa participação do Brasil. Em todas as sessões, os principais textos negociados foram a resolução "omnibus" sobre prevenção do crime e justiça criminal ("Fortalecendo o programa das Nações Unidas para prevenção ao crime e justiça penal, em particular sua capacidade de cooperação técnica"), a resolução "omnibus" sobre o problema mundial das drogas ("Cooperação Internacional para Abordar e Combater o Problema Mundial das Drogas") e a resolução sobre combate à corrupção ("Prevenindo e combatendo práticas corruptas e a transferência de recursos da corrupção, facilitando a recuperação de bens e o retorno de tais bens aos donos legítimos, em particular aos países de origem, de acordo com a Convenção contra Corrupção das Nações Unidas"). Na sessão da III Comissão da 73ª AGNU, merece destaque a adoção, por consenso, de resolução de autoria da Colômbia e do Peru, intitulada "Special Session of the General Assembly Against Corruption", que determinou a realização, no primeiro semestre de 2021, de Sessão Especial da Assembleia Geral para debater o tema do combate à corrupção.

26. Ainda sobre esse tema, sobressai iniciativa adotada no âmbito da Plenária da AGNU, relativa à resolução intitulada "Cooperação entre a ONU e a Organização Internacional de Polícia - INTERPOL", que tem como objetivo central dar visibilidade às ações da INTERPOL no âmbito do sistema ONU, com destaque para as áreas de combate ao crime transnacional organizado e de contraterrorismo.

## MORATÓRIA DO USO DA PENA DE MORTE

27. Na sessão da III Comissão da 71ª AGNU, o Brasil, como membro de Força-Tarefa Interregional (IRTF), foi coautor e apoiou a aprovação da resolução sobre a moratória do uso da pena de morte. Na 73ª AGNU, o Brasil presidiu a IRTF e atuou como facilitador

das negociações, tendo obtido, como resultado final, a aprovação da proposta com o maior número de apoios ao texto obtido desde a primeira edição da resolução, em 2007.

## PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE TODAS AS MULHERES E MENINAS

28. O tema da promoção da igualdade de gênero e empoderamento de todas as mulheres e meninas (ODS5) tem como principais foros de debate em Nova York a Comissão sobre a Situação da Mulher das Nações Unidas (CSW) e a III Comissão. O Brasil tem participado ativamente da CSW, representado todos os anos por delegação de alto nível, com a presença de parlamentares e da sociedade civil. Em 2017, a reunião versou sobre o tema "O empoderamento econômico das mulheres no mundo do trabalho em transformação". Em 2018 o tema prioritário foi "Desafios e oportunidades para alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas rurais", tendo como tema emergente o "empoderamento das mulheres indígenas". Neste ano, a reunião, que se encerrou no dia 22 de março, tratou de "Sistemas de proteção social, acesso a serviços públicos e infraestrutura sustentável para a igualdade de gênero e a capacitação de mulheres e meninas". Houve também diálogo interativo sobre a área-foco "mulheres e meninas afrodescendentes", resultado de intenso trabalho de gestão e articulação do Brasil.

29. O país integra também o Grupo de Amigos da Paridade de Gênero, que apoia os esforços do Secretário-Geral das Nações Unidas para tornar a organização mais igualitária entre mulheres e homens. Em maio de 2018, a Missão organizou, em parceria com a London School of Economics e com a Universidade de Estocolmo, evento intitulado "Mulheres e as Origens da ONU - o Legado do Sul", que tratou da contribuição de mulheres para a promoção da igualdade de gênero na cartada ONU, com destaque para o papel da brasileira Bertha Lutz.

## CRIANÇAS, JUVENTUDE E PESSOAS IDOSAS

30. Além de acompanhar os trabalhos da III Comissão sobre os diferentes grupos etários, o Brasil participa ativamente do Fórum de Juventude do ECOSOC e das sessões do Grupo de Trabalho Aberto sobre Envelhecimento da Assembleia Geral (OEWGA), realizados anualmente em Nova York. O Brasil tem envidado esforços para a inclusão dos temas relacionados a crianças, juventude e pessoas idosas de maneira transversal nas diversas negociações nas quais o país esteve envolvido.

## SAÚDE

31. No que se refere aos temas de saúde, nota-se o aprofundamento do debate político em Nova York, com a realização de Reuniões de Alto Nível à margem da Assembleia Geral (sobre resistência antimicrobiana em 2016, e sobre tuberculose e doenças não transmissíveis em 2018); as resoluções anuais sobre HIV/Aids e sobre a epidemia de malária; e as resoluções também anuais do grupo "Política Externa e Saúde Global" (FPGH, pela sigla em inglês), do qual o Brasil faz parte. O país participa ativamente de iniciativas da área de saúde e sua atuação tem sido fundamental para o avanço de temas de interesse dos países em desenvolvimento. Em 2018, o Brasil presidiu a iniciativa FPGH, tendo facilitado, com apoio da OMS e da FAO, resolução de alta complexidade sobre "saúde global e nutrição", tema escolhido pelo país durante sua presidência do

grupo. O Brasil integra o Grupo de Amigos de Saúde Global e Cobertura Universal da Saúde, o Grupo de Amigos da Saúde Mental.

### PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

32. A Missão apoiou a participação brasileira na 10ª e na 11ª Conferência das Partes da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência. O Brasil se fez representar por delegações de alto nível, incluindo representantes do executivo, congresso e do judiciário. A Missão apoiou a realização de 5 eventos paralelos e organizou cerimônias de assinatura de quatro memorandos de entendimento (com Chile, Colômbia, México e República Dominicana).

33. A pauta de promoção dos direitos das pessoas com deficiência incluiu, ainda, participação nas celebrações do Dia Internacional da Síndrome de Down (21 de março), do Dia Internacional do Autismo (3 de abril) e do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência (3 de dezembro).

### COMBATE AO RACISMO

34. No contexto do acompanhamento da Década Internacional sobre as Pessoas Afrodescendentes (2015-2024), a Missão copatrocinou evento organizado pelo Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos sobre conquistas e desafios das pessoas afrodescendentes em todo o mundo (21 de março de 2018). O Brasil, também em 2018, foi membro fundador do grupo de amigos do combate ao racismo, copresidido por África do Sul e Bélgica. Em 2018, a Missão logrou incluir referências à população afrodescendente nos documentos finais da 56ª Comissão de Desenvolvimento Social e da 62ª Comissão sobre a Situação da Mulher, bem como em textos da 3ª Comissão da 72ª sessão da Assembleia Geral. Cabe destacar a aprovação da criação do Foro Permanente de Pessoas Afrodescendentes. Outro destaque foi a realização, na 63ª CSW, de painel sobre mulheres afrodescendentes com apoio brasileiro.

### DESENVOLVIMENTO SOCIAL

35. O Brasil participou dos debates da 55ª, 56ª e 57ª sessões da Comissão de Desenvolvimento Social. Na sessão realizada em 2017, o debate sobre a erradicação da pobreza permitiu que a delegação, chefiada pelo Secretário Alberto Beltrame, apresentasse as principais atualizações das políticas brasileiras de proteção social, especialmente com relação ao Programa Bolsa Família e o Criança Feliz. Na sessão de 2018, o tema prioritário também foi a erradicação da pobreza. Na sessão realizada em fevereiro de 2019, o Brasil compôs o Bureau, sendo responsável pela relatoria e pela facilitação, em parceria com a Moldavia, da resolução de métodos de trabalho da Comissão. Além de defender as posições do novo governo nos debates sobre o combate às desigualdades sociais, a Missão contribuiu para a melhor organização e eficiência dos trabalhos da CDSoc.

### LGBTI

36. Em 2016, a Missão participou dos debates sobre a resolução 32/2 do Conselho de Direitos Humanos que criou o mandato do perito independente sobre proteção contra violência e discriminação baseadas em orientação sexual e identidade de gênero. Em parceria com os Estados Unidos, o Brasil defendeu que fosse mantida a decisão do

Conselho de Direitos Humanos nas deliberações da III Comissão, da V Comissão e da plenária da Assembleia Geral da ONU. Adicionalmente, o Brasil manteve a atuação no "Core Group" LGBTI. Esse grupo informal, criado em 2008 para coordenar esforços de combate à discriminação e violência relacionadas a orientação sexual e identidade de gênero, é composto por Brasil, o Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos, entidades da sociedade civil e as seguintes missões em Nova York: Estados Unidos, Israel, Argentina, Albânia, Alemanha, Austrália, Cabo Verde, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Croácia, Equador, El Salvador, Espanha, França, Itália, Japão, Luxemburgo, Montenegro, México, Nova Zelândia, Noruega, Reino Unido, Uruguai e União Europeia.

## POVOS INDÍGENAS

37. A Missão acompanhou a 17ª e a 18ª sessões do Foro Permanente de Questões Indígenas. O evento oferece espaço de diálogo entre os 16 peritos do Foro (metade indicada pelos governos, metade indicada pela PGA a partir de consultas com representantes indígenas), estados membros, representantes indígenas e integrantes da sociedade civil.

38. No Foro Permanente, a Missão mantém diálogo constante com os peritos, o que contribuiu para esclarecer dúvidas e evitar impropriedades sobre o país nas recomendações finais. O Brasil participou, ainda, dos debates ocorridos na III Comissão, nas atividades do grupo de amigos dos povos indígenas e nas celebrações do Dia Internacional dos Povos Indígenas (9 de agosto).

## IV COMISSÃO

39. No âmbito da IV Comissão da AGNU, o Brasil continuou a se posicionar sobre os projetos de resolução anuais acerca da questão israelo-palestina e do Golã sírio. O Brasil manifestou apoio à maior parte dos documentos no entendimento de que contribuem para atribuir responsabilidades a Israel como potência ocupante e para ressaltar a importância do respeito ao direito internacional e às resoluções adotadas pelas Nações Unidas ao longo dos anos, ao mesmo tempo em que colaboram para salientar a necessidade de um encaminhamento pacífico para o conflito. Os projetos em questão são anualmente aprovados com maioria expressiva de votos favoráveis.

40. O Brasil participa, na qualidade de estado observador, de encontros do Comitê de Descolonização que tratam, por exemplo, da situação em Porto Rico, no Saara Ocidental e em ilhas caribenhas e do pacífico. Na reunião sobre a Questão das Ilhas Malvinas, o Brasil seguiu proferindo, na qualidade de estado convidado, discurso defendendo a histórica posição do país: reconhecimento dos legítimos direitos argentinos na disputa de soberania sobre as Ilhas Malvinas, condenação da ocupação britânica das ilhas, e conclamação às partes para uma solução pacífica por meio de negociações diretas.

## V COMISSÃO (TEMAS ORÇAMENTÁRIOS)

41. Nas discussões sobre os orçamentos da ONU (regular, de missões de paz e de tribunais), a delegação brasileira tem buscado nortear-se pelo interesse de disciplina fiscal do governo, sem prejudicar o adequado financiamento das atividades das Nações Unidas em países ou temas de especial repercussão para o Brasil. Atua-se ao mesmo tempo em favor da redução dos gastos da Organização e da diminuição da participação relativa



brasileira como contribuinte. No final de 2018, foi acordada a escala de contribuições para o triênio 2019-2021. Em função de negociações nas quais a Missão teve grande protagonismo, a quota do Brasil para os orçamentos obrigatórios das Nações Unidas foi reduzida em 22,9% (primeira queda da contribuição relativa brasileira desde o ano 2000). Na comparação dos triênios 2016-2018 e 2019-2021, o Brasil passa de sétimo a oitavo maior contribuinte ao orçamento regular e de décimo-nono a vigésimo no orçamento das missões de paz. Suas contribuições aproximadas em 2019 são: US\$ 82 milhões ao orçamento regular (contra US\$ 92 milhões em 2018), US\$ 40 milhões ao orçamento de missões de paz (contra US\$ 44 milhões em 2018) e US\$ 1,5 milhão ao orçamento dos tribunais internacionais (contra US\$ 1,8 milhão em 2018).

42. Apesar desse êxito, a dívida total brasileira para com a ONU situa-se em torno de US\$ 407 milhões (valor apurado em 10/04/2019). As finanças da ONU encontram-se em situação cada vez mais precária, o que contribui para singularizar ainda mais a inadimplência brasileira. No final de 2018, o Brasil chegou a correr o risco de perder direito de voto por conta de nossa inadimplência, o que colocaria o país na mesma situação de Comores, Líbia, Palau, São Tomé e Príncipe e Somália. De acordo com cálculos preliminares do Secretariado, o Brasil terá que realizar pagamento mínimo de cerca de US\$ 140 milhões em 2019 para evitar a perda do direito de voto na Assembleia Geral no ano de 2020. A reforma administrativa da ONU tem sido uma das prioridades do Secretário-Geral. Algumas medidas importantes foram tomadas em 2017/2018, com apoio do Brasil, como a adoção de um orçamento regular anual, em substituição de um bienal. Mais recentemente, porém, o Secretário-Geral circulou relatório com conjunto de medidas para fazer frente à crescente deterioração da situação financeira das Nações Unidas. Propõe, entre outros, uma reforma do Art. 19 da Carta para redução do prazo de pagamento de dois anos para um ano. Nessa hipótese o Brasil teria que efetuar pagamento mínimo de cerca de US\$ 295 milhões em 2019, ao invés de US\$ 140 milhões.

43. No que diz respeito a missões de paz, o Brasil atuou pelo bom funcionamento de missões como as da Colômbia, do Haiti, de Guiné Bissau e do Líbano. O Brasil tem buscado também promover a presença de nacionais brasileiros no Secretariado e abertura da área de licitações do Secretariado à participação de vendedores de países em desenvolvimento.

## VI COMISSÃO (QUESTÕES JURÍDICAS)

44. A Delegação manteve seu engajamento com assuntos atinentes ao Tribunal Penal Internacional (TPI), por meio da coordenação do Grupo de Amigos em Nova York e da liderança, no âmbito da Assembleia dos Estados Partes (AEP), da facilitação sobre equilíbrio geográfico e de gênero na instituição. Ocorreu ainda uma das negociações mais importantes desde a Conferência de Campala, relativa à ativação da jurisdição sobre o crime de agressão. O Brasil contribuiu para o consenso em torno da decisão que permite a atuação do TPI em casos de violações graves do uso da força.

45. Nos últimos anos, a Missão buscou também promover a visão do Brasil sobre o uso da força, se contrapondo a interpretações expansivas do direito à legítima defesa, que tenderiam a permitir ações militares contra atores não-estatais em terceiros Estados.

46. A Missão manteve seu engajamento nos debates sobre contraterrorismo, em especial a sexta revisão da Estratégia Global da ONU. Participei da Junta Consultiva do Centro de Contraterrorismo da ONU, em que foram analisados projetos para prevenir e combater o terrorismo. Na ocasião, reiterei a necessidade de que os projetos contemplem também a América Latina. A multiplicidade de foros, a ausência de definição consensual sobre terrorismo e o impasse nas negociações de convenção internacional abrangente constituem desafios significativos e contribuem para que o CSNU assuma cada vez mais funções próximas de legislador e de judiciário na matéria.

#### OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ

47. O Brasil continua sendo reconhecido como importante ator das operações de manutenção paz, graças à sua experiência no tema, à qualidade de seus contingentes militares e policiais e à sua perspectiva conceitual, que toma em consideração também aspectos de desenvolvimento. Não por acaso, o Brasil foi um dos facilitadores, a convite do SGNU, das discussões que levaram à formulação da Declaração de Compromissos da iniciativa "Action for Peacekeeping" (A4P), lançada em setembro de 2018 e que conta, até o momento, com 151 endossos.

48. A atuação do Brasil toma em consideração também a Agenda de Mulheres, Paz e Segurança. Um dos desafios que merecem especial atenção é o aumento no número de mulheres desdobradas. A premiação da Oficial da Marinha Márcia Braga como "Military Gender Advocate of the Year" em 2018 foi bastante positiva para a imagem do Brasil.

49. A transição da Missão no Haiti para Missão Política Especial, em 2017, levou à redução no número total de militares brasileiros desdobrados (hoje são 275 militares e policiais). No entanto, o Brasil continua tendo destaque como líder da Força-Tarefa Marítima da UNIFIL e tem, ainda, o "Force Commander" (General Elias Martins) da maior Missão das Nações Unidas, a MONUSCO.

#### CONSELHO DE SEGURANÇA

50. O Conselho de Segurança das Nações Unidas seguiu sendo marcado pela polarização entre os seus membros permanentes, principalmente entre Estados Unidos, Rússia e China. Isso tem levado à virtual paralisia decisória do órgão em temas que são considerados de interesse central para esses países, tais como Síria, Irã e o conflito israelo-palestino.

51. Parte dessas divergências seguiu se devendo, neste período, à maior reticência de Rússia e China com relação à aplicação de sanções, à autorização para o uso da força e à definição do que constitui uma ameaça à paz e à segurança internacionais. Rússia e China argumentam que o veto é indispensável para o equilíbrio das decisões do Conselho de Segurança, já que do contrário a "maioria ocidental" poderia ditar decisões que não contam com o respaldo de todas as potências.

52. Uma das ações mais relevantes do período foi o acordo realizado com Honduras em março de 2018 para a troca das candidaturas dos dois países ao Conselho de Segurança, com antecipação do pleito brasileiro para o biênio 2022-2023 (anteriormente pleiteado por Honduras) e o adiamento do pleito hondurenho para o biênio 2033-2034 (então pleiteado pelo Brasil). Esse acordo permitiu antecipar em onze anos o retorno do Brasil ao CSNU,

evitando o que seria o mais prolongado afastamento do CSNU em sua história, com diversos prejuízos à atuação do país da ONU. Cabe lembrar que o Brasil é o país em desenvolvimento que mais vezes (dez) exerceu mandatos no Conselho (e o segundo da história, atrás apenas do Japão, que tem onze mandatos).

## REFORMA DO CSNU

53. Nos últimos anos o Brasil manteve sua participação ativa nos debates sobre a reforma do CSNU. O G4 foi particularmente ativo, mantendo encontros frequentes com os facilitadores das negociações e outros países que participam das negociações. O Brasil seguiu, ademais, como um dos membros mais importantes do grupo L.69, que reúne países em desenvolvimento de diversas regiões (entre eles Índia, África do Sul e Nigéria).

54. O período recente tem sido marcado pela sensação de fadiga com o processo de negociações intergovernamentais (IGN), que têm se caracterizado pela repetição de posições, sem negociações reais. Vale lembrar que as IGN completam, em 2019, uma década de existência. O Brasil, ao lado dos países do G-4 e do L.69, aponta a falta de um documento negociador como uma das causas centrais para o impasse. É necessário, portanto, que o Brasil continue considerando alternativas para destravar o processo. Em meio a esse cenário, busquei estabelecer contato próximo com homólogos de países africanos, que são centrais para destravar as discussões.

55. O papel que pode vir a desempenhar o Presidente da AGNU no processo de reforma do CSNU e em outros confirma a importância de que se mantenha a prática de cessão de diplomatas brasileiros ao seu gabinete. No período 2018-2019 o Brasil cedeu dois diplomatas ao gabinete do PGA. A presença de diplomatas tem se mostrado positiva ao Brasil, não só por permitir uma interlocução fluida com o presidente da AGNU, mas principalmente por ampliar a capacidade do País de se antecipar a respeito de assuntos de destaque para a Assembleia Geral da ONU e de influir em processos negociadores a cargo de seu presidente.

## COMISSÃO DE CONSTRUÇÃO DA PAZ E SUSTENTAÇÃO DA PAZ

56. O Brasil atuou como membro da Comissão de Construção da Paz (CCP), participando ativamente dos debates sobre situações em países e regiões específicas, bem como sobre questões temáticas e conceituais. Em fevereiro de 2019, o Brasil foi eleito pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), por aclamação, para uma das vagas em aberto do mandato 2019-2020 do Comitê Organizacional da Comissão de Consolidação da Paz (CO-CCP). Mantém-se, assim, a tradição brasileira de participação ativa nos trabalhos da CCP, que remonta à criação do órgão e tem servido de importante plataforma para a defesa das posições brasileiras com relação ao nexo entre segurança e desenvolvimento.

57. A atuação na presidência da Configuração Específica de Guiné-Bissau tem sido também uma das prioridades da ação brasileira na CCP. Realizei duas visitas ao país, em 2017 e 2018, e conduzi reuniões regulares da Configuração para acompanhar a evolução da situação no terreno. Continuei enfatizando, ademais, a importância de que o CSNU buscasse o aconselhamento da CCP em temas de interesse comum. Cumpre, porém, continuar envidando esforços nessa direção, já que persiste a reticência do CSNU em dialogar e compartilhar informações com a CCP.

58. Em janeiro de 2017, o então recém-empossado secretário-geral António Guterres dedicou seu primeiro "briefing" ao CSNU ao tema da "prevenção de conflitos e sustentação da paz". Entre 2017 e 2018, Guterres circulou série de recomendações para a implementação do conceito de sustentação da paz. Algumas delegações passaram a promover interpretações maximalistas do conceito, com o objetivo de transformá-lo em aglutinador de todas as atividades e discussões mantidas na ONU. Em minha gestão, o Brasil apoiou de forma crítica as recomendações do SGNU, refutando interpretações maximalistas do conceito.

#### PAZ E SEGURANÇA - AMÉRICA LATINA

59. A Missão acompanhou em 2017, no âmbito do CSNU, a transição do fim da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), cujo comando militar coube ininterruptamente a um "Force Commander" brasileiro ao longo dos treze anos de duração de seu mandato, para a Missão das Nações Unidas de Apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH), concebida para apoiar o fortalecimento do Poder Judiciário e da Polícia Nacional Haitiana. Da mesma forma, a Missão vem seguindo de perto as discussões que cercam a extinção da própria MINUJUSTH, inicialmente prevista para 15/04/2019, mas que deverá ser prorrogada até 15/10 deste ano, vindo a ser provavelmente sucedida por Missão Política Especial (MPE).

60. Em trilha paralelo, tive a oportunidade de integrar, ao longo de todo meu período à frente da Missão, o Grupo Consultivo Ad-Hoc do ECOSOC para o Haiti, cujo propósito principal é formular recomendações para a adoção de estratégias em favor da promoção do desenvolvimento no país caribenho. Em 2017 e 2018, participei das missões que o Grupo realiza anualmente a Washington e Porto Príncipe.

61. A situação da Venezuela foi, ineditamente, objeto de sessões do CSNU no início de 2019, embora o país não conste como item da agenda oficial do órgão. Conforme instruções, a Missão fez-se representar em ambas ocasiões e teve ocasião de realizar pronunciamentos em nome do Governo brasileiro.

62. A instauração da Missão Política Especial (MPE) na Colômbia foi determinada pela Resolução 2366 do CSNU, adotada em 10/07/2017. Ao longo do processo negociador e de implementação da MPE, a Missão do Brasil manteve-se atenta à dimensão multilateral da implementação dos acordos de paz no país vizinho.

#### PAZ E SEGURANÇA – ÁFRICA

63. A cooperação estratégica entre a ONU e a União Africana e o fortalecimento das capacidades africanas em paz e segurança foram temas que ganharam crescente atenção política ao longo da minha gestão, sendo abordados em quatro debates abertos do CSNU. O Brasil buscou diálogo fluido com os membros africanos do CSNU e apoiou os esforços africanos de obter maior protagonismo no equacionamento dos desafios de segurança do continente. Em seus discursos nacionais e em consultas frequentes com seus interlocutores, o Brasil promoveu posições equilibradas, evitando retóricas intervencionistas ou unicamente condenatórias.

#### PAZ E SEGURANÇA - ORIENTE MÉDIO

64. Ao longo dos últimos anos, o Brasil continuou a utilizar os debates abertos trimestrais do Conselho de Segurança sobre a Situação no Oriente Médio para expressar sua visão acerca dos temas afetos à região, sobretudo a questão israelo-palestina e os conflitos na Síria e no Iêmen, bem como a situação no Líbano e a atuação da UNIFIL.

65. Com relação à questão israelo-palestina, o Brasil procurou manter sua histórica posição de defesa de uma resolução pacífica para o conflito por meio da única fórmula que poderá conciliar as aspirações e direitos de ambos os povos: o fim da ocupação e a concretização da solução de dois estados, com base nas fronteiras de 1967, resultando em um estado independente para a Palestina, coexistindo em paz e em segurança com o Estado de Israel, de acordo com os parâmetros internacionalmente acordados e com as resoluções pertinentes das Nações Unidas, além de uma solução negociada para a questão de Jerusalém. Ao mesmo tempo, o Brasil, em suas intervenções, procurou condenar qualquer ataque ou ato de violência, bem como manifestar oposição a iniciativas que pudessem comprometer a retomada de negociações diretas entre as partes.

66. No tocante aos conflitos na Síria e no Iêmen, o Brasil continuou a se pronunciar em favor de solução pacífica e inclusiva para as hostilidades, por meio de negociações lideradas pelos povos sírio e iemenita e apoiadas pelas Nações Unidas. O Brasil procurou respaldar de maneira inequívoca, ainda, os trabalhos dos enviados especiais do secretário-geral em seu importante papel de mediação. Também votamos a favor das resoluções anuais da AGNU condenando graves violações dos direitos humanos na Síria.

67. Com relação ao Líbano, o Brasil seguiu apoiando a manutenção de um mandato robusto para a UNIFIL e para sua Força Tarefa Marítima. Como se recorda, o Brasil mantém a liderança da FTM desde 2011 e tem participado ativamente das discussões por ocasião das renovações do mandato da UNIFIL no âmbito do CSNU. Trata-se da única Missão de manutenção da paz a contar com frota naval, composta por seis embarcações de diferentes países.

## OCEANOS E DIREITO DO MAR

68. No que tange aos debates sobre oceanos e direito do mar, sobressai a conclusão da análise, pela Comissão de Limite da Plataforma Continental (CLPC), do pedido brasileiro de extensão, na Área Sul, de sua plataforma continental. Em suas recomendações, a CLPC concordou com o traçado proposto pelo Brasil, o que representará a incorporação de cerca de 170.000km<sup>2</sup> ao território sob soberania do país. Ainda durante minha gestão, o Brasil submeteu duas outras propostas revisadas de expansão de sua plataforma continental. A primeira, cuja análise terá início em agosto próximo, cobre a Margem Equatorial (Foz do Rio Amazonas) e a segunda abarca a Margem Ocidental/Meridional, que acrescentou cerca de 1 milhão de km<sup>2</sup> à demanda brasileira. Somados todos os pleitos relativos à Plataforma Continental, apresentados até o momento, estão sendo requeridos aproximadamente 2 milhões de km<sup>2</sup>, parte dos quais já concedidos em 2007 e agora em 2019.

69. Durante o período em tela, importantes avanços foram alcançados nas negociações que almejam preencher as lacunas normativas existentes na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS). Com a conclusão, sob a presidência brasileira, das atividades do Comitê Preparatório para a elaboração de instrumento jurídico

internacional sobre conservação e uso sustentável da biodiversidade marinha de áreas além da jurisdição nacional (PrepCom BBNJ), resolução lançando conferência sobre o tema foi adotada. Prevê-se que os trabalhos da Conferência Intergovernamental sobre BBNJ(IGC-BBNJ) terminem em 2020. O Brasil contribuiu para o início das negociações formais coordenando as posições dos países em desenvolvimento no processo.

## ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA

70. As negociações sobre o tema da assistência humanitária foram marcadas pela persistência de crises originadas em conflitos (Síria, Iêmen, República Centro-Africana, Sudão do Sul, Myanmar, República Democrática do Congo); desastres naturais (terremotos na Indonésia, furacões no Caribe) e insegurança alimentar (seca no Sahel, crise na Venezuela). Segundo os relatórios do OCHA, o número de pessoas que necessitam assistência tem crescido constantemente, assim como a discrepância entre os recursos necessários para mitigar as crises humanitárias e os recursos efetivamente aportados ao sistema.

71. O Fundo Central de Resposta Emergencial ("CERF") adquiriu relevância crescente, por sua capacidade de alocação rápida de recursos para fazer frente a situações de emergência. Nesse contexto, o Brasil efetuou, em 2017, repasse de recursos ao fundo referente à última parcela pendente do compromisso assumido pelo governo brasileiro em 2013.

72. O Brasil seguiu engajando-se ativamente nos debates normativos e sobre políticas que influenciam o funcionamento do sistema humanitário. O Brasil atuou de maneira a ressaltar a importância da prevenção de conflitos, do respeito ao Direito Humanitário Internacional, do fortalecimento de mecanismos de cooperação e da busca pelo desenvolvimento de longo prazo de países atingidos por crises humanitárias, com ênfase no fortalecimento das capacidades locais.

## CANDIDATURAS

73. As candidaturas lançadas pelo Brasil foram, em larga medida, bem sucedidas no período. Destaco, a respeito, a eleição do Professor Antonio Augusto Cançado Trindade à juiz da Corte Internacional de Justiça, em pleito altamente disputado, para o mandato 2018-2027. No contexto do Conselho de Direitos Humanos, além de ter sido eleito para o próprio Conselho (2017-2019), o Brasil logrou eleger nacionais seus para os seguintes órgãos instituídos por tratados de direitos humanos: Comitê sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência(senadora Mara Gabrilli, mandato 2019-2022); Comitê para Eliminação da Discriminação Racial (embaixador Sérgio José Albuquerque e Silva, mandato 2018-2021) e Comitê de Direitos Econômicos e Culturais (Dr. Renato Zerbini Ribeiro Leão, mandato 2019-2022).

74. No âmbito do ECOSOC, além de ter sido eleito para o Conselho (mandato 2019-2021), o Brasil foi eleito para órgãos subsidiários, entre os quais destacam-se: Comitê sobre ONGs (2019-2022); Comissão sobre a Situação da Mulher (2016-2020); Comitê de Entorpecentes (2018-2022); Comissão de Desenvolvimento Social (2017-2021); Comitê de Programa e Coordenação (2018-2020); Junta Executiva do PNUD (2018-2020), da UNICEF (2018-2020) e da ONU-Mulheres (2017-2019).

75. Destaco, ademais, a antecipação da candidatura brasileira ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 2033-2034 para o biênio 2022-2023. A alteração do biênio alocado ao Brasil no referido órgão foi resultado de acordo firmado com Honduras, em troca do apoio brasileiro à candidatura hondurenha à Presidência da 73ª AGNU. Cabe ressaltar que o pleito brasileiro ao CSNU coincidirá com o aniversário de 200 anos da independência brasileira, oportunidade única para promover as conquistas do país no cenário mundial e nas Nações Unidas.

76. O período também foi marcado pelo impasse entre países integrantes do Grupo de Lima e a Venezuela em torno da concessão de endossos a candidaturas pelo grupo de países latino-americanos e caribenhos (GRULAC). A Venezuela tem manifestado oposição ao endosso pelo grupo regional de candidaturas de países do Grupo de Lima, em resposta à oposição desses países a candidaturas venezuelanas no âmbito multilateral. Isso tem criado obstáculos para a atuação do Brasil em circunstâncias nas quais o aval do grupo regional se faz necessário, como, por exemplo, em certas candidaturas ligadas à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - UNFCCC. Apesar desse impasse, gestões efetuadas junto à Missão da Venezuela lograram garantir o endosso do grupo à candidatura do Brasil para sediar a 25ª Conferência das Partes (COP) da UNFCCC (posteriormente retirada).

## DIPLOMACIA PÚBLICA

77. Na área de diplomacia pública (imprensa, mídias sociais, educação, academia, cultura e relações parlamentares) a Missão identificou, produziu, sintetizou, destacou e divulgou, por diversos meios, informação sobre a presença e a atuação do Brasil nas diversas áreas da agenda das Nações Unidas, para diferentes públicos: comunidade diplomática, autoridades governamentais, imprensa, academia, organizações da sociedade civil, estudantes e público em geral, no Brasil e no exterior.

78. Em 2017 e 2018, a Missão prestou apoio logístico e acompanhou 141 missões parlamentares, com participação de nove senadores, 109 deputados federais e 23 deputados estaduais. Nessa área, destacaram-se as visitas do Presidente da Câmara dos Deputados ao Secretário-Geral da ONU, em janeiro de 2018 e abril de 2019. Ademais, a Missão apoiou e acompanhou a participação de chefes de poderes executivos municipais e estaduais e ministros de Estado de diversas pastas em reuniões na ONU.